

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
CAMPUS ARAPIRACA  
PEDAGOGIA - LICENCIATURA**

**KEISYANNE ISABELLY NUNES MARQUES DA SILVA**

**AS CONTRIBUIÇÕES DOS GÊNEROS TEXTUAIS PARA O ENSINO DA EJA**

**ARAPIRACA  
2019**

Keisyanne Isabelly Nunes Marques da Silva

As contribuições dos gêneros textuais para o ensino da EJA

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC  
(Modalidade: Artigo Científico) apresentado ao  
Curso de Pedagogia da Universidade Federal de  
Alagoas – UFAL, *Campus* Arapiraca, como  
requisito final para obtenção do grau de  
licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Marta Maria Minervino  
dos Santos

Arapiraca  
2019

Universidade Federal de Alagoas – UFAL  
Biblioteca Campus Arapiraca - BCA  
Bibliotecário Responsável: Nestor Antonio Alves Junior  
CRB - 4 / 1557

S586c Silva, Keysianne Isabelly Nunes Marques da Silva  
As contribuições dos gêneros textuais para o ensino da EJA / Keysianne Isabelly  
Nunes Marques da Silva. – Arapiraca, 2020.

22 f.

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC (Artigo Científico) [Graduação] – Curso de  
Pedagogia - Licenciatura, Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Campus  
Arapiraca, Arapiraca, 2020.

Orientadora: Profa. Dr.<sup>a</sup> Marta Maria Minervino dos Santos.

Bibliografia: p. 16-19.  
Anexos: p. 19-22.

1. Aprendizagem. 2. Cidadania. 3. Educação de Jovens e Adultos - EJA.  
4. Gêneros textuais. I. Santos, Marta Maria Minervino dos. II. Título.

CDU 37.013

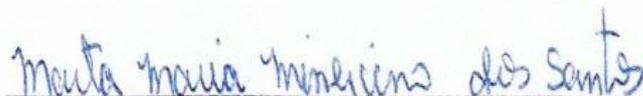
Keisyenne Isabelly Nunes Marques da Silva

## AS CONTRIBUIÇÕES DOS GÊNEROS TEXTUAIS PARA O ENSINO DA EJA

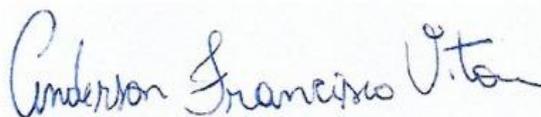
Trabalho apresentado ao curso de graduação em Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas- UFAL/ *Campus* de Arapiraca como requisito parcial para obtenção de título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Data da aprovação: 13/02/2020

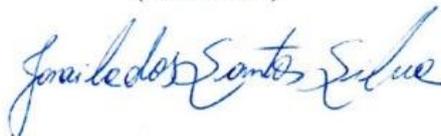
### Banca Examinadora



Prof. Dra. Marta Maria Minervino dos Santos  
Universidade Federal de Alagoas- UFAL  
*Campus* Arapiraca  
(Orientadora)



Prof. Me. Anderson Francisco Vitorino  
Universidade Federal de Alagoas- UFAL  
*Campus* Arapiraca  
(Examinador)



Prof. Ma. Janaila dos Santos Silva  
Universidade Federal de Alagoas- UFAL  
*Campus* Arapiraca  
(Examinadora)

---

## AS CONTRIBUIÇÕES DOS GÊNEROS TEXTUAIS PARA O ENSINO DA EJA

Keisyanne Isabelly Nunes Marques da Silva<sup>1</sup>  
Marta Maria Minervino dos Santos<sup>2</sup>

**RESUMO:** A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade da educação que se fundamenta no direito de aprender dos alunos ampliando os conhecimentos ao longo da vida e não apenas de se escolarizar. A disciplina de língua portuguesa através dos gêneros textuais na EJA é voltada para o processo de aprendizado como foco de enfrentamento das desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira, potencializando desta forma a transformação social, contemplando a solidariedade, a igualdade e a diversidade junto ao conteúdo. O objetivo deste trabalho é analisar como o Gênero Textual contribui para o aprendizado dos alunos da EJA. As questões que nortearam a pesquisa foram: como os gêneros textuais contribuem para o aprendizado dos alunos da EJA? A metodologia utilizada foi à pesquisa qualitativa, utilizando questões teórico metodológico para desenvolver análise das aulas de EJA. Portanto, entende-se que as aulas na EJA devem ir além do conteúdo, e é essencial, entender que a aula para jovens e adultos deve ser dialógica e diferenciada buscando interagir junto à comunidade para contextualizar as aulas.

**Palavras-Chave:** Aprendizagem. Cidadania. Educação de Jovens e Adultos (EJA). Gêneros textuais.

### 1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um espaço de tensão e aprendizado em diferentes ambientes e vivências nas aulas de gêneros textuais, que contribuem para a formação de jovens e adultos como sujeitos de história, ou seja, as distintas formas de ser brasileiro. A identidade de um curso de EJA requer um foco diferenciado nas necessidades de aprendizagem, uma vez que o público alvo formado por jovens e adultos requer programas de elevação de escolaridade, em sua maioria, buscando melhorar suas chances de inserção no mercado de trabalho, logo se entende que as aulas de gêneros textuais devem ir além do conteúdo, mas buscar trazer esses alunos ao aprendizado social e profissional, incentivando-os a lutar por um futuro melhor.

Historicamente, a EJA tem-se caracterizado por tentar articular processos de aprendizagem que ocorrem na escola com processos que ocorrem em todos os espaços sociais, ou seja, na convivência humana, ensinar a crianças em desenvolvimento é diferente de ensinar a jovens e adultos com formas de vida diferente e formas diferenciadas de pensar e viver.

Várias são as razões para o ensino dos gêneros na EJA e todas devem respeitar o nível de compreensão de cada um, através de processos pedagógicos participativos e permanentes, buscando estimular e incluir nos alunos das séries iniciais uma consciência crítica sobre todos os aspectos dos gêneros textuais e suas singularidades.

---

<sup>1</sup> Keisyanne Isabelly Nunes Marques da Silva. Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas- Campus Arapiraca. E-mail: Keisyanne\_16@hotmail.com

<sup>2</sup> Marta Maria Minervino dos Santos. Professora Orientadora, possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (2008) e Mestrado em Educação Brasileira - PPGE/CEDU/UFAL (2010). Doutora em Educação PPGE/CEDU/UFAL da linha de pesquisa Educação e Linguagem, com ênfase em formação continuada de professores, Leitura e Produção de Texto. Professora adjunta da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: Marta.santos@arapiraca.ufal.br

O objetivo deste trabalho é analisar a prática pedagógica do professor da EJA e a importância dos gêneros textuais em sala de aula. Sendo assim, a EJA tem como pilares a priorização da formação integral voltada para o desenvolvimento de capacidades, incentivando a participação social ativa e crítica dos alunos que vai além do conteúdo com base em gêneros textuais. A implementação de um modelo educacional inovador possibilita uma maior socialização e intervenção junto aos gestores, interlocutores, atores e todos os sujeitos que atuam na EJA na referida escola.

A pesquisa se justifica pela importância de entender a diferença do ensino dos gêneros textuais para os alunos da EJA, buscando sensibilizar sobre a necessidade de um incentivo maior ao público da EJA. Busca-se nesta pesquisa responder os seguintes questionamentos: qual a importância dos gêneros textuais para os alunos da EJA, e como ocorre as práticas pedagógicas do professor em sala de aula da EJA?

Este trabalho vem a propor uma reflexão aos estudantes, aos professores não apenas da EJA, mas a todos os educadores, aos pesquisadores, aos profissionais da educação e a todos que tem interesse no assunto ora abordado e descrito nas linhas a seguir.

Aqui se deixa um espaço de discussão a respeito do quanto é importante o estudo dos gêneros textuais em sala de aula. Sabe-se que a discussão sobre gêneros textuais e suas propostas de reorganização curricular tem sido constante desde o aparecimento de documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o ensino fundamental e médio, além dos programas curriculares estaduais e municipais, que se orientaram por essa legislação superior, também alguns autores tais quais Marcuschi (2008), Freire (1976), Kleiman (2011), Schneuwly e Dolz (2004), Cagliari (2002) dentre outros que foram citados no texto. Nesse sentido, vários estudiosos contribuíram para um resultado positivo, sabemos que ainda é pouco, mas estamos avançando para um patamar de conquistas sólidas.

Esse trabalho está organizado da seguinte maneira: inicialmente foi feito um resumo sobre o contexto histórico da EJA, desde a época do Brasil Colônia até os dias atuais. Prosseguindo as ideias de organização e aprendizagem da EJA, a partir da sua organização histórica, atualmente, o ensino vem sendo baseado a partir do texto que considera o gênero textual como recurso viável para o ensino de leitura e escrita. Em seguida falou-se um pouco da importância da leitura na vida das pessoas, e o quanto o envolvimento da comunidade escolar pode influenciar no gosto que o estudante pode ter por a leitura e conseqüentemente contribuindo no processo de escrita. Para finalizar, foi trazido o cenário da escola visitada para os relatos do estágio, os processos de alfabetização que foram desenvolvidos a partir do uso de alguns gêneros textuais em sala de aula e as impressões que ficaram mediante a experiência compartilhada entre a turma de EJA.

## **2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: DO BRASIL COLÔNIA ATÉ OS DIAS ATUAIS**

O histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil remonta, primordialmente, a fatores históricos do Brasil, quando ocorreram as primeiras tentativas de alfabetização de crianças e adultos para fins religiosos. Durante muitos anos a educação configurou-se nessa organização, e para compreender a configuração dessa organização iremos apresentar alguns marcos que contribuíram significativamente para a formação da modalidade EJA, demonstrando que o pensamento para educação alvoreceu, de forma tímida, no Brasil Colônia, Império e se configuram algumas ações a partir da década de 30.

A modificação nos preceitos da educação no Brasil Colônia se modificou quando Marquês de Pombal resolveu expulsar os jesuítas do território brasileiro, a educação foi ignorada durante muito tempo (GHIRALDELLI JUNIOR, 2008).

Desde o período anterior já ocorriam tímidas investidas na Educação de Jovens e Adultos. No Brasil Império não foi diferente então, a partir da primeira Constituição Brasileira, em 1824, outorgada logo após a proclamação da independência tupiniquim de Portugal, afirmava que “a instrução primária era gratuita para todos os cidadãos”. No entanto, essa afirmação ficou apenas na teoria, pois sua prática foi imensamente deturpada, fato que afetou principalmente as classes menos favorecidas. Diante dessa problemática Soares (2002, p. 8) afirma que:

Já em 1882, Rui Barbosa, baseado em exaustivo diagnóstico da realidade brasileira da época, denunciava a vergonhosa precariedade do ensino para o povo no Brasil e apresentava propostas de multiplicação de escolas e de melhoria qualitativa de Ensino.

Ademais, nos anos 1930, sob o regime militar varguista denominado “Estado Novo”, surgiu o interesse de organizar a educação para atender as demandas do setor produtivo em crescimento na época. A Constituição de 1934, mesmo tendo sido mais liberal no que se refere às pautas educacionais, perdeu espaço para a nova Carta Magna de 1937, que eximia a responsabilidade do Estado para com a formação educacional no território brasileiro. Ghiraldelli Junior.(2008, p.78) cita que:

A constituição de 1937 fez o Estado abrir mão da responsabilidade para com educação pública, uma vez que ela afirmava o Estado como quem desempenharia um papel subsidiário, e não central, em relação ao ensino. O ordenamento democrático alcançado em 1934, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público.

Conforme os anos se passaram a organização da Educação de Adultos se modificou, na década de 40, com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), foi consolidada com variadas mudanças e iniciativas no setor educacional e, principalmente, na EJA. Com o fortalecimento do modelo capitalista de produção e de uma burguesia dominante, foram necessários investimentos na educação profissional para que o desenvolvimento industrial fosse estabilizado, e, nesse momento, a educação de adultos é atada à educação profissional (GADOTTI; ROMÃO, 2006).

Nesse período da história brasileira, a estagnação econômica decorreu-se, principalmente, por conta da falta de educação escolar da sociedade, tendo em vista que, em 1945, a taxa de analfabetismo era por volta de 50% da população.

Também na década de 40 foi regulamentado o Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP), criado pelo professor Anísio Teixeira - importante intelectual e educador brasileiro. Esse fundo objetivava a permanência de recursos para o ensino primário. Anísio preocupava-se, particularmente, com a desigualdade econômica e cultural que bailava entre os municípios, o que vinha a suscitar na formação desigual do alunado. E, para que essa desigualdade fosse reduzida, propôs a criação de um “custo padrão”, com o intento de fazer a redistribuição dos recursos já existentes destinados à educação fundamental entre os municípios. (AMARAL, 2001).

A primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos no Brasil, lançada em 1947, ocorreu com a inauguração do SEA (Serviço de Educação de Adultos) cujo propósito era de reorientar e coordenar os trabalhos dos planos anuais do ensino supletivo para adolescentes e adultos analfabetos no Brasil. No I Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado no Rio de Janeiro, ainda em 1947, eram salientadas as peculiaridades das ações educativas nas

mais diversas áreas e era recomendada uma preparação cabível para o trabalho com os jovens e adultos. (SOARES, 2008).

Em 1958, Juscelino Kubitschek, então presidente da república, convocou grupos de vários estados para relatarem suas experiências no “2º Congresso de Educação de Adultos”. Nesse posto congresso evidencia-se a experiência do grupo de Pernambuco liderado por Paulo Freire (GADOTTI, 2000). Este grupo se constituía em um movimento de educação voltado para o desenvolvimento da educação de adultos, com ferrenhas à instabilidade dos prédios escolares, ao material escolar arcaico e inadequado e, à então qualificação do professor. O evento também foi marcado por modernizações pedagógicas ao salientar uma educação com o homem e não para o homem. Objetivava a fuga dos processos absolutamente auditivos em que o discurso seria permutado pela discussão e participação ativa do grupo, propondo um aperfeiçoamento nos métodos e processos educativos (PAIVA, 1973).

O governo J.K criou a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) com o objetivo de reduzir as altas taxas de analfabetismo na sociedade brasileira, Kubitschek tinha interesse em ampliar a participação política da população mais pobre. Porém, por motivos financeiros, a CNEA foi extinta em 1963.

Na década de 60, a contribuição principal para a constituição de um novo paradigma teórico e pedagógico foi dada pelo educador Paulo Freire com ênfase na relevância da participação do indivíduo na política e o papel da educação no processo de conscientização da população (BRASIL, 2002). Com o 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos, foi concebida a ideia de um programa de caráter permanente voltado para esse objetivo. Como consequência, surge, então, o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA), que fora extinto pelo Golpe de Estado de 1964, comandando por Paulo Freire.

Segundo Moura (2004) enquanto o país estava nas mãos de um governo populista, Freire pôde disseminar suas ideias, inclusive pôde em prática a partir do trabalho desenvolvido pelo Plano Nacional de Alfabetização, do qual foi o coordenador, bem como através das assessorias que prestava às experiências de alfabetização de adultos desenvolvidas pelos movimentos populares.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização - o MOBRAL e a Cruzada ABC surgiram como um prosseguimento das campanhas de alfabetização de adultos iniciadas com Lourenço Filho. Só que com um cunho ideológico totalmente diferenciado da proposta de Freire, constituíram-se em movimentos concebidos com o fim básico de controle político da população, através da centralização das ações e orientações, supervisão pedagógica e produção de materiais didáticos.

Apesar dos textos oficiais negarem, sabemos que a primordial preocupação do MOBRAL era tão somente erradicar o analfabetismo, sem uma preocupação maior com a formação do homem, o que rompe com os ideais freireanos (BRASIL, 2002); FERRO (2016).

Foi criado pela Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967 propondo a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando "conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida". Apesar da ênfase na pessoa, ressaltando-a, vemos que o objetivo do MOBRAL relaciona a elevação do nível escolar a uma condição melhor de vida, deixando à margem a análise das contradições sociais inerentes ao sistema capitalista. Ou seja, basta aprender a ler, escrever e contar e estará apto a melhorar de vida. (BRASIL, 2002).

Em 1970, o governo federal reorganizou o MOBRAL, iniciando o processo de alfabetização maciça de educação continuada para jovens e adultos. Posteriormente em 1971, houve a implantação do ensino supletivo, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, disposto na lei nº 5.692/ 71 (BRASIL, 1971).

Em 1985, o MOBRAL teve seu fim determinado, e acabou por ceder seu lugar para a Fundação Educar, que apoiava a alfabetização de EJA. Com a promulgação da Constituição

de 1988 (também conhecida como Constituição Cidadã) o Estado aumentou o seu compromisso com a educação de jovens e adultos, essa concedia aos necessitados da EJA o direito à educação pública de modo gratuito e obrigatório na forma do ensino conhecido como supletivo.

Na década de 1990, a EJA teve o seu apogeu em todo o mundo, pois através de reivindicações e lutas dos mais diversos movimentos sociais, a expansão dos direitos da EJA foram alcançados, pois o desenvolvimento de um país só se daria a partir da educação de sua população.

Durante a gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) ocorreu a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de número 9.394/1996, conhecida como Lei Darcy Ribeiro, pelo Congresso Nacional, e que reafirmou, com suporte nos princípios da Carta Magna de 1988, a educação enquanto direito que deve ser oferecido em igualdade de condições de acesso e permanência, ao reconhecer a liberdade de aprender e ensinar e a diversificação de ideias e princípios pedagógicos.

O Brasil, desde 1947, já teve oito programas federais de alfabetização de jovens e adultos. Basicamente, todos tiveram como ação prioritária a superação do analfabetismo. Em relação a essa superação do analfabetismo, Freire (1976, p. 16) destaca:

O analfabetismo não é uma “chaga”, nem uma erva daninha a ser erradicada [...], mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta [...]. Não é um problema estritamente linguístico, nem exclusivamente pedagógico, metodológico, mas político.

A forma pela qual Freire estabelece essa afirmação nos oferece um sentido amplo sobre o conceito e o papel da educação, enfocando na participação da população na sociedade com relativa independência e autonomia nos aspectos políticos, ainda longe de ser ideal.

Dando prosseguimento, as ações governamentais aprovam o Plano Nacional de Educação – PNE (2002), que estabelece metas mais comedidas para esse grande problema: alfabetizar 10 milhões de adultos em cinco anos e erradicar o analfabetismo em dez anos. Ele estabelece também que até 2006 seria oferecida a Educação de Jovens e Adultos, de maneira equivalente às quatro primeiras anos do ensino fundamental para 50% da população de 15 anos ou mais que não possua esse nível de escolaridade. E mais: em dez anos (até 2011) deveriam ser asseguradas, de maneira equivalente, as quatro séries finais do ensino fundamental para toda a população de 15 anos ou mais que concluiu a 4ª série (BRASIL, 2002).

Desde 2003 o Governo Federal implantou o Programa Brasil Alfabetizado que tem por objetivo resgatar essa dívida social com cerca de 14,6 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais de idade e vem trabalhando a alfabetização de forma integrada com a EJA, no intuito de aumentar a possibilidade de continuidade dos estudos (ALAGOAS, 2017).

Atualmente, o governo federal instituiu o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (2007) que visa investir na educação básica, para torná-la de qualidade. Segundo este Programa, a alfabetização de jovens e adultos também receberá atenção especial. O Programa Brasil Alfabetizado, criado pelo MEC para atender os brasileiros com dificuldades de escrita e leitura ou que nunca frequentaram uma escola, estará recebendo alterações para melhorar seus resultados. Entre as mudanças, estão a ampliação de turmas nas regiões do interior do país, onde reside a maior parte das pessoas sem escolaridade, e a produção de material didático específico para esse público (ALAGOAS, 2017).

A Constituição Federal de 1988 tem como princípio que toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição Federal, art. 205). Retomado pelo art. 2º da LDB, este princípio abriga o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência

sem limitações. Assim, a Educação de Jovens e Adultos, modalidade estratégica do esforço na Nação em prol de uma igualdade de acesso e educação como bem social, participa deste princípio e sob esta luz deve ser considerada.

Estas considerações adquirem substância não só por representarem uma dialética entre dívida social, abertura e promessas, mas também por se tratarem de postulados gerais transformados em direito do cidadão e dever do Estado até mesmo no âmbito constitucional, fruto de conquistas e de lutas sociais. Assim o art. 208 é claro: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria segundo a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Esta redação vigente longe de reduzir a EJA a um apêndice dentro de um sistema dualista pressupõe a educação básica para todos e dentro desta, em especial, o ensino fundamental como nível obrigatório. O ensino fundamental obrigatório é para todos e não só para as crianças. Trata – se de um direito positivado, constitucionalizado e cercado de mecanismos financeiros e jurídicos de sustentação.

Por sua vez, o art. 214 da Constituição Federal de 1988 também é claro: A lei estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à: I – erradicação do analfabetismo, II – universalização do atendimento escolar (MOURA, 2004).

Superar o analfabetismo e universalizar o atendimento são faces da mesma moeda e significam o acesso de todos os cidadãos brasileiros, pelo menos, ao ensino fundamental. Ora, seu nome já o diz, o fundamento é a base e a ponte necessárias para quaisquer desenvolvimentos e composições ulteriores.

### **3 O TEXTO: DO COTIDIANO PARA A SALA DE AULA DA EJA**

Prosseguindo as ideias de organização e aprendizagem da EJA, a partir da sua organização histórica, atualmente, o ensino vem sendo baseado a partir do texto que considera o gênero textual como recurso viável para o ensino de leitura e escrita. Então, considerando esse conceito, Marcuschi (2008) o texto tem como sua base um contexto de caráter comunicativo, com isso afirma:

[...] a comunicação linguística (e a produção discursiva em geral) não se dá em unidades isoladas, tais como fonemas, morfemas ou palavras soltas, mas sim em unidades maiores, ou seja, por textos. E os textos são, a rigor, o único material linguístico observável, como lembram alguns autores. Isto quer dizer que há um fenômeno linguístico (de caráter enunciativo e não meramente formal) que vai além da frase e constitui uma unidade de sentido. O texto é o resultado de uma ação linguística cujas fronteiras são em geral definidas por seus vínculos com o mundo no qual ele surge e funciona. (MARCUSCHI, 2008, p.71-72).

O autor traz uma definição bastante clara quanto ao texto em caráter comunicativo e também como um “artefato sociohistórico”, pois ao manusear textos tende-se a estar inserido em uma cultura e fazer o domínio da língua local, mesmo não sabendo bem o conjunto de regras gramaticais, o sujeito tende a entender o que está a sua volta pelo simples fato de conhecer a linguagem do contexto social em que se está inserido.

A sociedade sofre transformações e com ela todas as coisas mudam, em maior ou menor grau, dentre elas o papel do educador e os saberes que servem de base para sua prática educativa em sala de aula. Nesse contexto, as instituições de formação docente precisam acrescentar à parte teórica o desenvolvimento de uma prática pedagógica voltada para o

desenvolvimento dos saberes, os quais exigem qualificação e valorização profissional, aspectos relevantes na competência do docente (MARCUSCHI, 2008).

Uma formação de qualidade remete à concepção de desenvolver a criticidade nos indivíduos, comprometê-los e torná-los capazes de contornar os obstáculos que aparecerão em sua prática profissional. O que significa munir o professor das ferramentas devidas para exercer a sua cidadania (ELIAS, 2013).

No cotidiano, os jovens e adultos vivem imersos em letras e imagens e precisam ler e estabelecer relações de sentido entre o texto e o mundo a volta delas. Nem sempre isso acontece, porque na maioria das vezes, a leitura superficial não deixa transparecer o que está oculto no jogo das palavras. Nesse sentido, a escola precisa trabalhar com a linguagem verbal e não verbal contidas nos mais diversos gêneros textuais/ discursivos utilizados no cotidiano, para facilitar o trânsito das pessoas dentro da sociedade.

Para que isso aconteça, a primeira atividade que o professor deve realizar em sala de aula precisa ser um diagnóstico para conhecer o aluno: qual variação linguística o aluno utiliza, os gêneros textuais que ele já conhece, o nível de coerência nos textos orais e escritos produzidos pelo aluno. A partir desse conhecimento, o professor poderá contribuir com o processo de aprendizagem do aluno.

A produção de textos espontâneos mostra-se mais eficaz para a realização desse diagnóstico, conforme Cagliari (2002), porque, a partir de um tema dado que deve ter proximidade com a realidade do aluno, ele pode oralizar e escrever de forma natural, sem preocupações com uma avaliação e, nesse contexto, o texto produzido contribuirá para a análise das dificuldades do aluno, tanto no que diz respeito a aquisição da norma culta como o grau de compreensão dos assuntos discutidos no texto.

Como o aluno passa boa parte do tempo na escola, os docentes podem utilizar os recursos nela disponíveis, como por exemplo: biblioteca, laboratório de informática, laboratório de ciências dentre outros para ampliar o conhecimento do aluno e ensinar-lhe a norma culta que, segundo Possenti (2012), é o papel da escola. Os professores podem utilizar o acervo literário existente na escola, possuindo ou não biblioteca, para que os alunos desenvolvam o gosto pela leitura, reflitam sobre os diversos assuntos e produzam seus próprios textos.

É sabido que a maioria das escolas, atualmente, tem um rico acervo literário, proveniente de programas ligados ao Ministério da Educação e Cultura/ MEC, a exemplo do Programa Nacional Biblioteca da Escola, que se divide em Literário, Periódicos e do Professor. Assim sendo, a escola pode se organizar no sentido de proporcionar momentos de leitura para o alunado e, também, para atualização do professor. O professor é o mediador do conhecimento e, para que o aluno aprenda a gostar de ler, ele precisa ensinar como o aluno deve ler.

A função mediadora que o professor possui no desenvolvimento da competência de leitura dos estudantes é muito importante. Como mediador, cabe ao professor a tarefa de ajudar seus alunos e dominarem estratégias de leitura que lhes sejam úteis nos atos de interpretação textual. Essas estratégias são ações procedimentais estreitamente vinculadas aos conhecimentos prévios dos estudantes, as quais precisam ser abordados em sala de aula (OLIVEIRA, 2010, p. 71)

É muito importante, desenvolver em sala de aula, formas de aprendizados diferenciados, que saiam um pouco do tradicional e metódico e busquem desenvolver nos alunos um espírito analítico e crítico. O professor pode ser um agente disseminador da leitura, assumindo o compromisso com o aluno para, através de textos variados, proporcionar discussões que intervenham na formação de um cidadão mais crítico e reflexivo.

## **4 O ENSINO DE LEITURA**

A leitura compreende uma das tentativas que nós, seres humanos, fazemos para tentar compreender o mundo e tudo que está ao nosso redor. O ato de ler nos faz abrir a mente e ajuda a formar nossas opiniões acerca dos mais variados assuntos. A partir da ação do leitor sobre a escrita, leva-o a adquirir novos significados e a tomar dimensões inimagináveis.

Sob o ponto de vista de Zilberman (1993), o fato do ato de ler ser universal deriva da ocorrência de que todo ser humano está intimamente capacitado a ele, a partir de incentivos da sociedade que compõe sua realidade. De acordo com Solé (1998), a leitura trata-se de um processo de interação entre o leitor e o texto. Esse processo possui um leitor ativo que passa a agir sobre o que está escrito, sempre lendo com um determinado propósito. Segundo Kleiman (2011, p. 25), a compreensão de um texto trata-se de uma metodologia dada pelo emprego de conhecimento prévio, ou seja, o leitor utiliza no ato de ler o conhecimento adquirido ao longo de sua vida. Nesse contexto, os conhecimentos prévios do leitor possibilitam o mesmo a melhor compreender o texto e o que nele está escrito.

O primeiro contato com os livros deveria começar em casa, na leitura com os pais, os avós, os entes mais próximos. Reconhecemos, no entanto, que nem sempre isso acontece, por diversos motivos, como a falta de: leitura ou instrução desses entes, de cultura para a leitura na comunidade ao entorno, de condições de compra de livros, de condições e tempo para a leitura etc. À escola, então, deve verificar o nível de leitura e conhecimento de seus alunos, a fim de suprir a necessidade de leitura destes.

Muitos gêneros textuais podem ser trabalhados, de forma prazerosa, sem a preocupação em avaliar o aluno para atribuir uma nota. O trabalho pode ser iniciado com Músicas, Poemas e Manuais de jogo, que são agradáveis ao gosto das pessoas, pois funcionam como uma atividade divertida, da qual todos querem participar, pois já conhecem e utilizam esses gêneros no cotidiano.

Neste sentido, a escola é responsável pelo desenvolvimento das estratégias de leitura que motivem o alunado, incluindo um momento para contação de histórias e para leituras, tendo ou não uma sala específica para essas atividades. Outros locais podem ser adaptados para esse momento. Também, a troca de livros deve ser incentivada entre os discentes, procurando sempre ampliar a visão de mundo e inserir as crianças na cultura letrada; estimular o desejo de outras leituras; possibilitar a vivência de emoções, o exercício da fantasia e da imaginação, entre outras (MARCUSCHI, 2008).

Um ensino que propicie a formação de cidadãos críticos para que, por meio da educação ascendam socialmente, perpassa por um ensino que dê prioridade em sala de aula à prática constante de leitura e escrita (FIORIN, 2013). Desse modo, não se pode mais ficar apenas nas atividades de recorte e identificação; é necessário que o aluno perceba que tudo no texto tem um significado e que alguns discursos são ocultados pelo que está visível.

Assim, uma prática intensa de leitura na escola é, sobretudo, necessária, porque é preciso ensinar a gostar de ler, ensinar como ler, ensinar a refletir sobre a leitura realizada, ensinar a organizar as ideias sobre o assunto lido. Formado o conhecimento a partir da leitura, o aluno precisa então aprender a produzir textos, tanto orais quanto escritos.

## **5 PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UTILIZAÇÃO DOS GÊNEROS TEXTUAIS**

Este tópico tem como objetivo descrever as atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado III em Educação de Jovens e Adultos, considerando que este espaço se caracterizou como aprendizado da profissão docente e principalmente, construção da identidade profissional. De acordo, com Pimenta e Lima (2008) ao afirmarem que o estágio

oferta novas possibilidades de ensinar e aprender a profissão docente, inclusive para os professores formadores, convidando-os a rever suas concepções sobre o ensinar e o aprender. É importante registrar também que, para a realização desse componente, todas as disciplinas que envolvem o currículo são fundamentais, uma vez que trabalham conhecimentos e métodos (subsídios) a serem desenvolvidos durante a prática e ao longo da carreira profissional.

As experiências de estágio do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental em EJA tiveram como objetivo estabelecer uma reflexão acerca da primeira etapa do ensino fundamental, com uma atitude investigativa.

Neste trabalho foi necessário descrever a trajetória do estágio que ocorreu entre o dia 15 de agosto à 25 de outubro de 2016, na Escola Municipal Tibúrcio Valeriano da Silva, da 2ª e 3ª fase do Ensino Fundamental, no município de Arapiraca – Alagoas. Durante o estágio, foi realizada a observação e participação através do projeto de intervenção que auxiliou a organização docente para a prática. No entanto, para realização deste trabalho utilizamos somente alguns gêneros textuais trabalhados na disciplina de língua portuguesa.

Compreendemos que o primeiro seguimento da EJA (Anos iniciais), é um período de aceitação e novas descobertas para os alunos, pois são pessoas que já formaram sua visão de mundo pelas experiências vividas e que têm suas crenças e valores já constituídos e não tiveram a oportunidade de frequentar o ambiente escolar ou/e tiveram que abandoná-lo por questões financeiras, desistindo da escola para poder trabalhar. Retornando à escola, já adultos, podem em muitos casos demonstrar insegurança.

A seguir demonstraremos algumas das intervenções ocorridas durante o Estágio Supervisionado III em EJA, onde foram utilizados os gêneros textuais na alfabetização dos alunos e suas possibilidades de compreensão e participação.

### **5.1 A sala de Jovens e Adultos: o cenário do estágio**

A realização do estágio supervisionado ocorreu no ensino fundamental de escola pública do Município de Arapiraca, o projeto de intervenção foi aplicado na 2ª e 3ª fase da EJA, com características de aprendizagem da turma em diferentes níveis de alfabetização formada por alunos de diferentes faixas etárias. Durante as observações foi possível identificar o contexto da sala de aula, durante esses dias de observações foi possível perceber as dificuldades de aprendizado da leitura e da escrita de cada aluno, a professora da turma ainda ressaltou essa dificuldade e vem tentando desenvolver esse aprendizado.

O primeiro dia de observação foi no dia 15/08/16, a professora relatou sobre a quantidade de matriculados da turma, acima de 20, no entanto, informou sobre as faltas e evasão muito comum na modalidade. Já sabemos que o público das aulas de EJA é diferenciado, são pessoas que por diversas razões não tiveram a oportunidade de terminar seus estudos na idade adequada e que precisam trabalhar, procuram novamente os bancos da escola em busca de uma condição de vida melhor. Mesmo a procura pela EJA sendo espontânea, muitos alunos desistem, pois ainda existem dificuldades e resistências das instituições e dos docentes pela forma diferenciada que se devem trabalhar com esses alunos, é necessário entender o perfil deles. Como afirma Gomes e Carnielli (2003, p. 51):

O perfil dos alunos dos cursos de suplência também era em parte semelhante. Em sua maioria jovens, migrantes e trabalhadores, com experiência prévia no ensino regular, os pais predominantemente tinham ocupações manuais. De qualquer modo, os cursos não se adequavam às necessidades do seu público, pela falta de apoio e assistência, pela falta de preparação dos docentes e pelas metodologias utilizadas.

A princípio a professora ministrou uma aula sobre Células (da disciplina Ciências), explicando as definições e, explicou como era formada basicamente a estrutura de uma célula. As atividades de escrita durante essa aula se definiram pela cópia, logo em seguida responder questões.

Já no segundo momento da aula a disciplina foi de língua portuguesa, nessa aula foi realizado um “ditado mudo”, a atividade ocorreu da seguinte forma: a professora mostrava algumas imagens para os alunos e eles foram escrevendo no caderno, ao final da atividade foi realizada no quadro. Percebe-se que a turma possui muita dificuldade em relação à leitura e escrita.

Em outro dia de observação a professora deu aula de português, trouxe um texto do gênero Fábula (O Rato e o Leão), para desenvolver esta aula a professora leu o texto em voz alta, em seguida os alunos respondem as questões de interpretação de texto. Para maior compreensão dos alunos, a professora repete a leitura da fábula e logo após faz uma atividade relacionada ao texto, envolvendo além de interpretação da fábula algumas questões gramaticais como dígrafos, separação de sílabas, classificação de sílabas, encontros vocálicos e consonantais e sílaba tônica. Os alunos parecem apresentar muitas dificuldades em relação à parte dos conteúdos gramaticais. No segundo momento, a atividade foi um caça palavras.

## **5.2 As contribuições dos gêneros textos na educação de Jovens e Adultos**

Em relação ao ensino de Educação de Jovens e Adultos, é necessário considerar as experiências de vida dos alunos. Dessa forma, o ensino nessa modalidade deve ser contextualizado. É assim que consideramos a importância de trabalhar com os gêneros textuais, assim considerando a partir de Marcuschi (2007) os gêneros textuais “são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social”.

A partir da fala do autor, pode-se levar em consideração que devemos compreender que os gêneros textuais são textos que funcionam em meio à prática social desses alunos e são constituídos em toda sociedade, assim, são “os gêneros textuais se constituem como ações sócio discursivas para agir sobre o mundo e dizer o mundo, constituindo-o de algum modo” (MARCUSCHI, 2007, p. 36).

Nesse sentido, conforme Soares (2013) o trabalho com gênero textual, na Educação de Jovens e Adultos, é critério fundamental ao trabalho do professor que reporte sua prática ao letramento. O docente deve prezar por ações que fazem parte do cotidiano do aluno, adequando às aulas ao nível de letramento de seus educandos, já que se trata de uma modalidade de ensino específica, em que, mesmo que o aluno não esteja alfabetizado ou possua nível baixo de alfabetização, certamente possui determinado nível de letramento, proveniente de sua experiência no mundo grafocêntrico no qual vivemos.

A prática na EJA deve ser compreendida como um dos pontos importantes através do aprendizado da língua de forma que o aluno seja capaz de interagir e compreender os gêneros textuais, abandonando a ideia de que o ato de ler significa apenas decifrar letras de algum registro da escrita. Para Antunes (2009) a atividade de leitura completa a atividade de produção escrita. Assim, uma atividade de leitura deve estabelecer uma interação entre sujeito e leitura, e não apenas uma simples decodificação das letras. O leitor sujeito da interação, atua participativamente, buscando interpretar e compreender o conteúdo e as intenções pretendidas pelo autor.

Foi no descrever dessa compreensão de gêneros textuais que iniciamos um trabalho de intervenção em sala de aula. O primeiro gênero utilizado foi música, assim levamos “ABC” do Sertão de Luiz Gonzaga. Ao iniciar a aula foi entregue uma folha com a letra da música para que os alunos pudessem ouvir e acompanhar com a letra, a seguir foi apresentada a biografia do autor e compositor da música.

A partir disso pela oralidade foram debatidas algumas questões sobre a comparação do alfabeto como alfabeto fonético que aparece na letra da música, assim, também foi discutido as diferenças e variação da língua padrão. Ao continuar essa abordagem os alunos levantaram algumas temáticas que surgiram a partir da música, como por exemplo: características do Sertão nordestino, preconceitos linguísticos, a forma como se era aprendido o alfabeto fonético e suas diferenças. Nessa abordagem os alunos trouxeram relatos de suas experiências com base no que estava sendo discutido. Logo após, foi trazido um esquema gramatical numa cartolina com os assuntos: alfabeto, sílabas (considerando sua construção consoante e vogal), palavras, vogais, encontros vocálicos, consoantes e encontros consonantais, dígrafos.

Diante das possibilidades de se trabalhar gêneros textuais em sala aula, continuamos mais uma aula com o gênero Música, nesta utilizamos a música “Assum Preto” de Luiz Gonzaga, com objetivo de abordar o que a mesma retratava e fazer uma ponte com a realidade da região que os alunos estão localizados. Da mesma forma e prática docente da aula anterior utilizamos a letra da música e entregamos aos alunos. Em seguida, foi realizada a leitura da letra da música e os alunos a ouviram.

Após esse momento, discutimos sobre os aspectos de extinção e maus tratos de animais, em seguida foram abertos espaços para os alunos participarem trazendo suas opiniões o que mais acharam interessante na música. Depois, foram levantadas algumas questões para facilitar a discussão: qual região está sendo falada na música? Sua região é próxima? Quais as características da sua região? Na sua região existem casos de maus tratos de animais como relata musica? O sertão está próximo de Arapiraca? Etc.

Desse modo, surgiu na discussão da música às características do Sertão Alagoano, a música proposta permitiu os alunos a relacionar o passado com o presente, e como eles se encaixam nessas duas realidades. Falando da região em que vivemos e das dificuldades e especificidades dessa região. De modo que foi possível trabalhar de forma proveitosa a língua portuguesa com a escrita da música e paralelo a história, Ciências através dos gêneros textuais com o tempo em que a música foi escrita trazendo diferenças na vegetação, clima, agricultura, pecuária.

Com isso os alunos foram se sentindo a vontade e iniciaram uma discussão sobre as regiões sertão e agreste, respondendo e levantando outros questionamentos falando de suas experiências. Assim, a partir do gênero textual música, também surgiu outros assuntos como, por exemplo: vegetação, clima, agricultura, pecuária que foram abordados. Para finalizar a intervenção realizou-se a atividade onde os alunos descaram na letra da música as palavras que estavam com grafia variada relacionando com a regra ortográfica.

Segundo Soares (2013) os diferentes níveis de letramento dos alunos facilitam o trabalho com diversos gêneros, entretanto, compete ao educador atentar-se para o fato de que os gêneros textuais trazidos para o ambiente escolar devem contribuir para os processos de alfabetização e letramento: [...] cabe a nós, professores, ativarmos o dinamismo da sala de aula de forma a manter vivos, nas ações significativas de comunicação escolar, os gêneros que solicitamos aos nossos alunos produzirem. Isso pode ser feito, tomando-se como base a experiência prévia dos alunos com os gêneros, em situações sociais que eles consideram significativas, ou explorando o desejo dos alunos de se envolverem em situações discursivas novas e particulares, ou ainda tornando vital para o interesse dos alunos o terreno discursivo que queremos convidá-los a explorar.

Segundo Marcuschi (*apud* SOARES 2013), "O trabalho com gêneros textuais é uma extraordinária oportunidade de se lidar com a língua em seus mais diversos usos autênticos, no dia-a-dia" (MARCUSCHI, 2006, p. 35). Isso porque nada que fizemos linguisticamente está fora de ser feito em algum gênero. Portanto, a diversidade de gêneros ajuda na ampliação do universo cultural e no contato constante com o mundo letrado.

Um fator importante para essas aulas foi identificar que, os alunos mesmo não trabalhando as regras gramaticais, eles adentraram nesse contexto possibilitados pelo gênero textual música, e assim perceberam questões de diferenças na linguagem e no alfabeto. De acordo com Schneuwly e Dolz (2004), o gênero é empregado como forma de associação entre as práticas sociais e os objetos escolares, principalmente no ensino de produções orais e escritas.

Segundo ainda Schneuwly e Dolz (2004, p.63-64):

[...] Nós partimos da hipótese de que é através dos gêneros que as práticas de linguagem materializam-se nas atividades dos aprendizes. Por seu caráter intermediário e integrador, as representações de caráter genérico das produções orais e escritas constituem uma referência fundamental para sua construção. Os gêneros constituem um ponto de comparação que situa as práticas de linguagem. Eles abrem uma porta de entrada, para estas últimas, que evita que delas se tenha uma imagem fragmentária no momento de sua apropriação.

Com base nessa afirmação, os autores deixam claro que trabalhar com gêneros textuais em sala de aula, possibilita um aprendizado mais articulado para o aprendiz em suas mais variadas formas de linguagem, pois “[...] Do ponto de vista do uso e da aprendizagem, o gênero pode, assim, ser considerado um megainstrumento que fornece um suporte para a atividade, nas situações de comunicação, e uma referência para os aprendizes.” (SCHNEUWLY; DOLZ, 2004, p. 64-65).

Ao trazer para a sala de aula textos das mais diversas formas de comunicação, os alunos, aprendem mediante o seu próprio uso diário, aproximando-o com o que está a sua volta e faz parte de sua rotina. Com isso, ao fazer uso de uma leitura como uma letra de música, por exemplo, esse indivíduo consegue adentrar na linguagem escrita, oral, gramatical entre outras, fazendo o uso adequado desses textos.

Dando continuidade ao nosso trabalho em sala, agora trataremos com o gênero textual “Bula de remédio”, assim, levando em consideração a sua importância no dia a dia. Conforme Amorim *et. al.*, 2015, a bula de medicamento é um dos diversos gêneros que circulam diariamente em nossas relações interdiscursivas, sociais e pragmaticamente determinadas. Esse gênero caracteriza-se por apresentar um texto cuja leitura pode ser feita por qualquer cidadão, provavelmente, quando necessita de orientações para usar corretamente um medicamento, a fim de cessar ou amenizar uma dor ou mal-estar. No entanto, muitas vezes, a compreensão das orientações e informações disponibilizadas nas bulas é prejudicada pelo uso de uma linguagem muito técnica, do grande volume de informações e do tamanho reduzido das letras. Por este motivo elegemos esse gênero para tratar de compreensão do texto informativo que é a Bula de remédio na EJA.

Para iniciar esta discussão, convidamos os alunos para participar da roda de conversa com a pretensão de observarmos o entendimento deles a respeito da importância em ler/compreender o gênero. Para iniciar a aula levamos para demonstração quatro rótulos de remédios com faixas de cores diferentes (branca, amarela, vermelha e preta) e pedimos que os alunos identificassem as diferenças entre elas. Aos poucos cada um foi dando sua opinião e começando uma troca de conhecimento sobre a identificação. Alguns alunos relataram suas experiências sobre o uso de medicamentos controlados e esclarecendo que poucas vezes utilizaram ou recorreram à bula oferecida pelo remédio, ressaltando que achavam difícil a compreensão e a letra muito reduzida, dificultando assim, a leitura.

Em seguida, foi distribuído um texto com informações da bula do remédio do Paracetamol, remédio bastante conhecido pela maioria para aliviar algumas dores. Pedimos para que cada aluno lesse um tópico, alguns tiveram mais dificuldade do que outros, mas

conseguiram interpretar o texto com facilidade. Como atividade desse primeiro momento, foi pedida que encontrassem no texto informativo (bula de remédio) algumas informações solicitadas. Foi uma atividade desafiadora para alguns que adquiriram a leitura e escrita recentemente, mas que ao final conseguiram realizar a atividade.

Em um segundo momento, abordamos o assunto plantas medicinais, fazendo paralelo com o uso de remédios manipulados em laboratórios, fazendo vários questionamentos. Cada aluno foi relatando o uso e convivência que possuíam com o uso de plantas medicinais, a produção em casa e a finalidade de alguns chás que costumam usar. Para isso, levamos uma tabela com alguns benefícios de algumas plantas e fomos trocando ideias.

Foi uma aula muito produtiva, levando contextos do cotidiano de vida dos alunos. Todos participaram e fizeram questão de contribuir com esse momento, expondo suas experiências diárias para com o uso de medicamentos e plantas medicinais.

Nesta aula sobre o gênero textual Bula de remédio e, sua importância no dia a dia, trouxemos uma proposta de atividade, mas que poucos fazem que seria ler a bula de um remédio para saber as informações principais como: contraindicações, benefícios, dosagem diária, entre outros. Durante essa aula percebemos claramente a participação dos alunos pela oralidade e vivências sociais, apesar de identificar que não fazem o uso devido da bula (ler as informações) e afirmaram que apesar de saber a importância desse hábito não o faziam, pois não sabiam como, mas que as informações dessa aula esclareceram algumas dúvidas, principalmente em relação às informações ao paciente, sobretudo em relação aos efeitos, indicações; contraindicações.

O estágio em EJA nos trouxe um grande desafio a enfrentar, já que não tínhamos atuado nesta modalidade com suas características próprias. Sabemos que são muitas as concepções, definições e visões relacionadas à educação de jovens e adultos, no Brasil muitos foram os programas e projetos realizados no decorrer dos anos, como por exemplo, o MOBREAL, no intuito de erradicar o analfabetismo entre jovens e adultos. Diante de muitas dificuldades encontradas nessa modalidade, Oliveira (2012) afirma que:

Em se tratando da EJA, Oliveira (2007) aponta como fatores negativos provocados por métodos impróprios, a abordagem tradicional dos conteúdos, o trabalho amparado no senso comum, à infantilização do adulto, a desvalorização dos conhecimentos prévios dos alunos e a falta de relação entre os conhecimentos escolares e as experiências vivenciadas cotidianamente pelos educandos. A abordagem tradicional dos conteúdos ratifica-se nas salas de aula por meio de ações que veem o aluno como receptor de informações e o docente, juntamente com os livros didáticos, como fontes únicas de conhecimento. Nesse contexto, os alunos devem ouvir atentamente o professor e memorizar os saberes fornecidos por ele, para transcrevê-los nos dias marcados para a avaliação. (OLIVEIRA, 2007, p. 191-192).

É sabido que, é de extrema importância se ter conhecimento das características específicas do público em EJA, das dificuldades e das possibilidades de fazer a diferença na vida dessas pessoas que são marginalizadas pela sociedade por não saber ler, escrever, por não terem tido a oportunidade no tempo visto como “certo” de estudar. Consideramos que todos possuem o direito de ter uma boa educação, um bom emprego e uma vida digna como cidadão.

Para atender a essa demanda o professor deve estar ciente que “[...] conhecendo os alunos e a sua realidade o docente pode planejar melhor as atividades e “o aluno da EJA” consegue “perceber, em cada conteúdo trabalhado, a finalidade da sua formação”. (SCHEIBEL; LEHENBAUER *apud* OLIVEIRA, 2012, p.193). A partir dessa colocação, o

autor deixa claro o quão é importante para esse aluno perceber que aprender a ler e escrever não só irá trazer conhecimentos teóricos, mas também irá ajudá-lo em seu cotidiano sendo ele profissional ou não, e isso ele só conseguirá com uma prática docente voltada para os objetivos desse aluno.

## 6 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho de conclusão de curso pode-se perceber como é notável a urgência de se ampliar as políticas de atendimento e o universo de pesquisas que orientam a Educação de Jovens e Adultos – EJA. Por meio da análise histórica que foi realizada, constatou-se que a pouca valorização social que os programas de EJA possuem, influencia na construção e na análise dos mesmos, acabando por marginalizar esta modalidade de ensino.

É notório que o índice de analfabetismo no Brasil é alarmante, segundo projeções oficiais de órgãos conceituados como o IBGE, a meta de erradicação dessa mazela social não será cumprida tão rapidamente. Portanto, vê-se claramente que os problemas da modalidade não são de origem apenas pedagógica, pois implicam em questões de ordem econômica, política e socioculturais.

Em relação ao processo pedagógico social, percebe-se que mesmo o professor comprometido, que se preocupa com sua forma de atuação pedagógica e reconhece a necessidade de se avançar na perspectiva da formação do aluno crítico, produtor de conhecimentos, apresenta dificuldades na prática profissional. Neste sentido, enaltece a necessidade de uma formação própria para a modalidade EJA, onde sejam trabalhadas as especificidades da modalidade e dos sujeitos envolvidos, preparando o professor para lidar com os mais diversos desafios.

As dificuldades no processo de ensino-aprendizagem relatadas pelos profissionais estão relacionadas com a deficiência em enfoques direcionados para políticas sociais, nas quais se fazem necessários uma maior compreensão da aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos no ambiente escolar, atrelados as trocas de experiências entre educadores e educandos.

Contudo, a necessidade de implementações de políticas públicas inovadoras para a EJA, voltadas para a melhoria da atuação dos educadores e da priorização da formação integral do educando, desde o financiamento, disponibilização de material didático apropriado até a valorização / capacitação profissional dos professores.

Em suma, percebeu-se que há ainda muito que caminhar para que se alcance uma Educação de Jovens e Adultos eficiente no Brasil. No entanto, mediante a evolução das políticas públicas e a forma como os professores e a escola estão começando a enxergar a modalidade, vê-se que está no caminho certo.

De fato, o que o Brasil precisa é educar para a consciência ativa, questionadora, sabedora de suas potencialidades. Educação que leve o adulto a ser o agente histórico, com garra para participar ativamente em sua vida social, que questiona e modifica a realidade onde mora.

## REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação e do Esporte – SEE. **Referencial Curricular da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino de Alagoas: ciências da natureza.** Maceió, AL: SEE, 2017.

AMARAL, N. C. Um novo Fundef: as idéias de Anísio Teixeira. **Educação & Sociedade.** Campinas, SP, v. 22, n. 75, p. 277-290, 2001.

- AMORIM, Carmelita Minelio da Silva; ROCHA, Lúcia Helena Peyrottonda ; COSTA Maria José. A linguagem da bula: um estudo de estruturas linguísticas do gênero. **Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS**, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 467-479, jul./dez. 2015.
- ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola, 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010.
- BRASIL. **Lei 9.394, de 23 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1996. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9394-20-dezembro-1996-362578-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 set. 2019.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. 10. ed. São Paulo: Scipione, 2002.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de gêneros textuais na escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2012.
- ELIAS, Vanda Maria. **Ensino de língua portuguesa: oralidade, escrita, leitura**. São Paulo: Contexto, 2013.
- FERRO, Jenaice I. **Saberes, formação inicial e continuada dos professores da educação de jovens e adultos**. Maceió: Edufal, 2016.
- FIORIN, Jose Luiz. **Linguística?: que é isso?**. São Paulo: Contexto, 2013.
- FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. **Educação de jovens e adultos: teoria prática e proposta**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- GADOTTI, M. Saber aprender: um olhar sobre Paulo Freire e as perspectivas atuais da educação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL, 2000, Évora. **Anais** [...] Évora: Universidade de Évora, 2000. Tema: Um olhar sobre Paulo Freire, p. 1-8. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org:80/xmlui/handle/7891/1125>. Acesso em: 15 Janeiro de 2018.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- GOMES, Cândido Alberto; CARNIELLI, Beatrice Laura. Expansão do ensino médio: temores sobre a educação de jovens e adultos. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, p. 47-69, jul. 2003. Disponível em : [Gomes\\_et\\_al-2003-Cadernos\\_de\\_Pesquisa.pdf](#). Acesso em: 16 jan. 2017.

KLEIMAN, Ângela. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura**. 14. ed. São Paulo: Pontes, 2011.

MARCUSCHI, Luiz A. **Fenômenos da linguagem**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 296 p.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. *In*: KARWOSKI, Acir Mário.; GAYDECZKA, Beatriz; BRITO, Karim Siebeneicher. (orgs). **Gêneros textuais: reflexões e ensino**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p. 15-28.

MOURA, Tânia Maria de Melo; FREITAS, Marinaide Lima de Queiroz. A Educação de Jovens e Adultos em Alagoas: incursões na história das políticas - ações e concepções em âmbito governamental (1960-1980). *In*: GRACINDO, Regina V. (org.). **Educação como exercício de diversidade: estudos em campos de desigualdades sócio-educacionais**. Brasília: Líber, 2007. v.1.

MOURA, Tânia Maria de Melo. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky**. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2004.

MOURA, Tânia Maria de Melo (coord.). **Letramento (s) de professores de pessoas jovens e adultas: relatório final de pesquisa de iniciação científica**. Maceió: UFAL, 2004. Mineografado.

OLIVEIRA, Aline Benedita Teixeira de; LIMA, Martha Barbosa; PINTO, Eliane Aparecida Toledo. Educação de Jovens e Adultos (EJA): perspectivas metodológicas e aprendizagem significativa. **Mimesis**, Bauru, v. 33, n. 2, p. 181-204, 2012. Disponível em: [http://www.usc.br/biblioteca/mimesis/mimesis\\_v33\\_n2\\_2012\\_art\\_05.pdf](http://www.usc.br/biblioteca/mimesis/mimesis_v33_n2_2012_art_05.pdf). Acesso em: 19 jan. 2017.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PAIVA, V. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Loyola, 1973. v. 1. (Temas Brasileiros, 2).

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. São Paulo: Mercado da Letras, 2012.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino. **Revista Brasileira de Educação**, v. 1, p. 5-16, 2004.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ-MESTRE, Joaquim. Tradução: Roxane Helena Rodrigues Rojo, Glaís Sales Cordeiro. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas SP: Mercado de Letras, 2004. 240 p.

SOARES, Leôncio José Gomes. **Educação de Jovens e Adultos : Diretrizes Curriculares Nacionais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOARES, Leôncio. O educador de jovens e adultos e sua formação. **Educação em Revista**, v. 47, p. 83-100, 2008.

SOARES, Patrícia Barros. **Letramento e gêneros textuais escritos em sala de EJA**. [S. l.]: [s.n.], [20--]. Disponível em: [http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes\\_anteriores/anais17/txtcompletos/sem02/COLE\\_1866.pdf](http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem02/COLE_1866.pdf). Acesso em: 20 nov. 2019.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de leitura**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ZILBERMAN, Regina. **Leitura em crise na escola: as alternativas do professor**. 11. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

## ANEXO A - MÚSICAS

### ABC do Sertão (Luiz Gonzaga)

Lá no meu sertão pros caboclo lê  
Têm que aprender um outro ABC  
O jota é ji, o éle é lê  
O ésse é si, mas o érre  
Tem nome de rê  
Até o ypsilon lá é pssilone

O eme é mê, O ene é nê  
O efe é fê, o gê chama-se guê  
Na escola é engraçado ouvir-se tanto "ê"  
A, bê, cê, dê,  
Fê, guê, lê, mê,  
Nê, pê, quê, rê,  
Tê, vê e zê.

### ASSUM PRETO (Compositor: Humberto Teixeira / Luiz Gonzaga)

Tudo em vorta é só beleza  
Sol de Abril e a mata em frô  
Mas Assum Preto, cego dos óio  
Num vendo a luz, ai, canta de dor (bis)

Tarvez por ignorança  
Ou mardade das pió  
Furaro os óio do Assum Preto  
Pra ele assim, ai, cantámió (bis)

Assum Preto veve sorto  
Mas num pode avuá  
Mil vezes a sina de uma gaiola  
Desde que o céu, ai, pudesse oiá (bis)

Assum Preto, o meu cantar  
 É tão triste como o teu  
 Também roubaro o meu amor  
 Que era a luz, ai, dos óios meus.

## ANEXO B - BULA DE REMÉDIO

### **Paracetamol 500 mg**

1 a 2 comprimidos, 3 a 4 vezes ao dia. Não se deve exceder 8 comprimidos, em doses fracionadas, em um período de 24 horas.

### **Paracetamol 750 mg**

1 comprimido, 3 a 5 vezes ao dia. Não se deve exceder 5 comprimidos, em doses fracionadas, em um período de 24 horas.

O paracetamol de 750 mg não pode ser partido ou mastigado.

### **Paracetamol Gotas**

Adultos e crianças acima de 12 anos: devem utilizar 35 a 55 gotas, 3 a 5 vezes ao dia, com intervalos de 4 a 6 horas Não exceder 5 administrações por dia.

Crianças:

1 gota de paracetamol por kg de peso (ex: se uma criança pesa 15 kg, deve receber uma dose de 15 gotas e assim por diante) até o limite de 35 gotas por dose.

### **Efeitos Colaterais**

#### **Quais os males que pode me causar?**

Pode ocorrer reações de hipersensibilidade, sendo descritos casos de erupções cutâneas, urticária, eritema pigmentar fixo, angiodema e choque anafilático.

Lesões eritematosas na pele e febre, assim como hipoglicemia e icterícia, ocorrem mais raramente. Embora de incidência extremamente rara, há relatos de êxito letal devido a fenômenos hepatotóxicos provocados pelo paracetamol, em pessoas com comprometimento metabólico, ou mais suscetíveis, pode ocorrer acidúria piroglutâmica.

### **Contraindicações**

#### **Quando não devo usar?**

Não deve ser utilizado por pacientes que têm hipersensibilidade conhecida ao paracetamol ou a qualquer componente da fórmula.

Este medicamento é contraindicado na faixa etária abaixo de 12 anos.

### **Superdosagem**

#### **O que fazer se alguém usar uma quantidade maior do que a indicada?**

Em caso de ingestão acidental de paracetamol, é indicado procurar assistência médica imediatamente ou um centro de desintoxicação. É essencial que seja dado suporte imediato para adultos e crianças, mesmo que não houver sinais e sintomas de intoxicação.

#### **O que devo fazer quando eu me esquecer de usar este medicamento?**

Você pode tomar a dose deste medicamento assim que se lembrar.

Tome a dose seguinte como intervalo de 4 ou 6, e não exceda a dose recomendada para cada dia.

### **Armazenamento**

#### **Onde como e por quanto tempo posso guardar?**

Paracetamol deve ser mantido em sua embalagem original, em temperatura ambiente (entre 15 e 30 °C), em lugar seco e ao abrigo da luz (evite armazená-lo no banheiro).

Nestas condições o prazo de validade é de 24 meses a contar da data de fabricação.

Antes de usar observe o aspecto do medicamento.

Aspecto físico:

- Paracetamol 500 mg: comprimido circular, cor branca.
- Paracetamol 750 mg: comprimido revestido, oblongo, cor branca.
- Paracetamol gotas apresenta-se na forma de solução homogênea, de coloração alaranjada e sabor adocicado.

#### **Posso tomar paracetamol se tiver problemas no fígado?**

O paracetamol não é inofensivo e deve ser evitado por pessoas que tem algum problema no fígado porque se tomado em grandes quantidades, e sem orientação médica, pode

Advertências e Precauções

**O que devo saber antes de usar?**

Não tome dose acima da recomendada, pois pode não provocar maior alívio e causar sérios problemas de saúde.

Informe a seu médico se estiver grávida antes ou durante o tratamento. Informe se estiver amamentando.

Se ocorrer alergia ao paracetamol ou a qualquer um dos outros componentes da formulação, interrompa a tomada do medicamento.

**Paracetamol na gravidez e lactação:** apesar do paracetamol poder ser usado durante a gravidez, o médico deverá ser consultado sobre a utilização deste medicamento; a administração deve ser feita por períodos curtos.

Informe ao seu médico a ocorrência de gravidez, na vigência do tratamento ou após seu término.

Informe seu médico se está amamentando.

Não faça uso do medicamento por mais de 10 dias em caso de dor, e nem por mais de 3 dias em caso de febre, exceto se sob orientação do médico.

Se a febre ou dor não passarem ou se ficarem pior, se aparecer edema ou vermelhidão, ou se surgirem novos sintomas, entre em contato com seu médico, porque pode ser sinais de doença grave.

Pessoas que tomam 3 doses ou mais de bebidas alcoólicas todos os dias devem consultar o médico para saber se podem tomar paracetamol ou qualquer outro analgésico. Pessoas que fazem uso crônico de bebidas alcoólicas podem apresentar um maior risco de doenças do fígado se for ingerida uma dose excessiva do medicamento.

Pacientes idosos devem seguir as mesmas orientações relativas a pacientes adultos, porém, é importante verificar as possíveis interações medicamentosas e reações adversas próprias do paracetamol, que poderão ser mais acentuadas nestes pacientes.

lesar o fígado. Nesses casos uma boa alternativa para diminuir a febre ou dor pode ser o Ibuprofeno que tem menor impacto sobre o metabolismo do fígado, sob orientação médica.

**Posso tomar paracetamol para tratar a dengue?**

O paracetamol é um dos medicamentos mais usados para tratar os sintomas de Dengue, mas a dose o tempo de tratamento devem ser decidido e prescrito pelo médico.

Se tiver com suspeita de dengue não deve usar medicamentos como Melhoral, porque tem ácido acetil salicílico na sua composição

**Laboratório**

**Prati, Donaduzzi & Cia Ltda.**

- SAC: 0800 709 9333

Dizeres Legais

M.S. 1.2568.0050 - Paracetamol Comprimidos

M.S. 1.2568.0027 - Paracetamol Gotas

Farmacêutico Responsável: Dr. Luiz

Donaduzzi CRF-PR 5842

**ANEXO C - ATIVIDADES****Interpretação****1. Retire da bula as informações a seguir.**

- a) Nome do remédio de \_\_\_\_\_
- b) Para que esse medicamento é indicado \_\_\_\_\_
- c) Como deve guardado o remédio \_\_\_\_\_
- d) Contraindicações \_\_\_\_\_
- e) Prazo de validade \_\_\_\_\_
- f) Nome do laboratório \_\_\_\_\_

**2. Esse tipo de texto serve para:**

- a) ( ) instruir e informar.
- b) ( ) instruir e divertir.
- c) ( ) instruir e partilhar um sentimento.
- d) ( ) instruir e divulgar algo.

3. Quais os males que este medicamento pode me causar? \_\_\_\_\_

**3. Copie da bula os tópicos existentes nela:**

a) Composição \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

b) Informações ao paciente \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

c) Indicações \_\_\_\_\_

d) Efeitos colaterais: \_\_\_\_\_

e) Posologia: \_\_\_\_\_

4. Por que é importante ler a bula de remédio? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5. Por que encontramos nas bulas de remédio a seguinte frase:

**“Todo medicamento deve ser mantido longe do alcance das crianças”.**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_